



NUCLEAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS NA REGIÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP: ALGUNS APONTAMENTOS

Andrea Margarete de Almeida Marrafon; Maria Cristina dos Santos Bezerra

Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
deamarrafon@hotmail.com

RESUMO

A partir da década de 80 o espaço rural passou por transformações significativas em sua dinâmica, dentre elas, que é objeto de análise nesse estudo, é relativa à mudança na organização das escolas rurais, por meio do processo nucleamento, o qual transformou algumas instituições que apresentavam melhores condições de infraestrutura e localização em nucleadoras, ou seja, passaram a ser escolas que receberam alunos de dezenas de pequenas escolas rurais que se extinguiram. Considerando essa reorganização impactante para a população rural, esse estudo tem como proposta discutir alguns dados fornecidos Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista, pelo Censo Demográfico, pelo Censo Escolar destacando algumas contradições inerentes o processo de nucleamento, tratando de pensar a escola como um instrumento de superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Nucleamento; Escolas Rurais; Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se trazer reflexões a respeito do processo de nucleamento das escolas rurais, buscando discutir as contradições implícitas na nova dinâmica da escolarização rural, tendo como delimitação espacial a região de São João da Boa Vista, estado de São Paulo.

Primeiramente é necessário compreender que na nucleação/agrupamento das escolas rurais, as escolas de maior porte passaram a receber alunos de escolas rurais isoladas, de emergência, unidocentes que em sua maioria eram multisseriadas. Tal reorganização das escolas do campo viabilizou-se por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária. (<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=149>)

Ao findar dos anos 80, no estado de São Paulo, acontece a regulamentação do processo de agrupamento/nucleamento das escolas rurais, por meio do Decreto 29.499, de 05



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

de janeiro de 1989 que dispôs sobre a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural, e tinha como objetivos:

Enriquecer o currículo das escolas da zona rural, objetivando ampliar as oportunidades educacionais para crianças, jovens e adultos da zona rural; estabelecer condições que garantam o acesso e a permanência do educando na escola da zona rural; racionalizar o trabalho nas escolas da zona rural, agrupando-as de acordo com as características e peculiaridades locais; organizar gradativamente o agrupamento visando promover a integração da escola da zona rural com a comunidade e viabilizar a integração do ensino regular com oportunidades de aprendizagem de noções de agropecuária para a população educacional da zona rural.

Neste sentido, os idealizadores do nucleamento/agrupamento defendiam que as escolas rurais não mais atendiam as demandas de formação exigidas naquele momento político-econômico, no qual o país vivia.

Portanto, o objetivo da formação das escolas-núcleo era a de reorganizar o ensino rural e no estado de São Paulo e acontece como alternativa ao modelo historicamente constituído das escolas unidocentes e multisseriadas, isoladas e de emergência, que vigorou por trinta anos. (VASCONCELLOS, 1993, p.66)

Neste período a legislação educacional nacional em vigor era a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692 de 1971 que emergiu num cenário de regime militar de governo, momento em que o país buscava o aprofundamento das relações capitalistas decorrentes da opção pelo modelo associado-dependente e trazia a ideias de que a educação jogava um papel importante o desenvolvimento e consolidação dessas relações. (Saviani, 2013, p.365)

Dessa forma, esse período é marcado pela tendência educacional que pode ser intitulada de concepção produtivista de educação, concepção essa, que pretendeu moldar todo o ensino brasileiro por meio da pedagogia tecnicista. KUENZER & MACHADO (1984 apud SAVIANI, 2008, p. 95).

No entanto, surgem contradições, pois ao mesmo tempo em que há uma preocupação em melhoras nos índices alarmantes de analfabetismo, reprovação e evasão no ensino destinado as populações da zona rural, a gestão orçamentária educacional, vivia um impasse, uma vez que a centralização promovida pelo regime autoritário fazia com que uma parcela ínfima dos impostos ficasse nos municípios e estados. Ironicamente era o governo



federal, que recebia o maior quantitativo tributário, mas era isento de gastos pré-fixados com a educação. (Cunha & Góes, 1996, p.52)

Na década de 80, inicia-se a fase de redemocratização do país, que teve como marco o processo de municipalização que, no âmbito educacional, afetou primeiramente a merenda escolar e, depois as construções de escolas. Vasconcellos (1993, p.70).

Especificamente no estado de São Paulo, ainda de acordo com Vasconcellos (idem) a descentralização representava um fator estratégico conjuntural de mudança do sistema educacional, ligada à nova divisão de poderes interna ao estado de São Paulo, por sua vez relacionada à crise financeira do governo estadual e ao enriquecimento relativo do interior em relação à região metropolitana.

Quando a proposta objetiva ampliar oportunidades educacionais para as crianças, jovens e adultos, precisamos pensar: Houve uma preocupação real voltada para melhoria das condições de vida dessas pessoas? Ou, foi uma proposta em atendimento a uma ao princípio da economicidade? O modelo político-econômico vigente no período teve influência na proposta que originou as escolas nucleadoras? O que então aconteceu com as escolas rurais a partir desta reformulação?

Por fim, pretende-se esclarecer alguns desses apontamentos utilizando um referencial teórico de viés socialista, que considera a escola como um instrumento condicionado à ordem político-econômica instituída, mas que ao mesmo tempo, deve ser reconhecida como peça chave para a superação das desigualdades, por meio do ensino de “qualidade” a todos, sem distinção entre rico-pobre; negro-branco; urbano-rural.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver a pesquisa, além do levantamento e análise bibliográfica de autores que estudam a educação do campo, das legislações, utilizou-se também, dados fornecidos pela Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com intuito de discutir o contexto em que se deu o nucleamento das escolas rurais o artigo apresenta de forma sucinta aspectos legais e históricos que permearam o processo de nucleamento/agrupamento das escolas rurais.

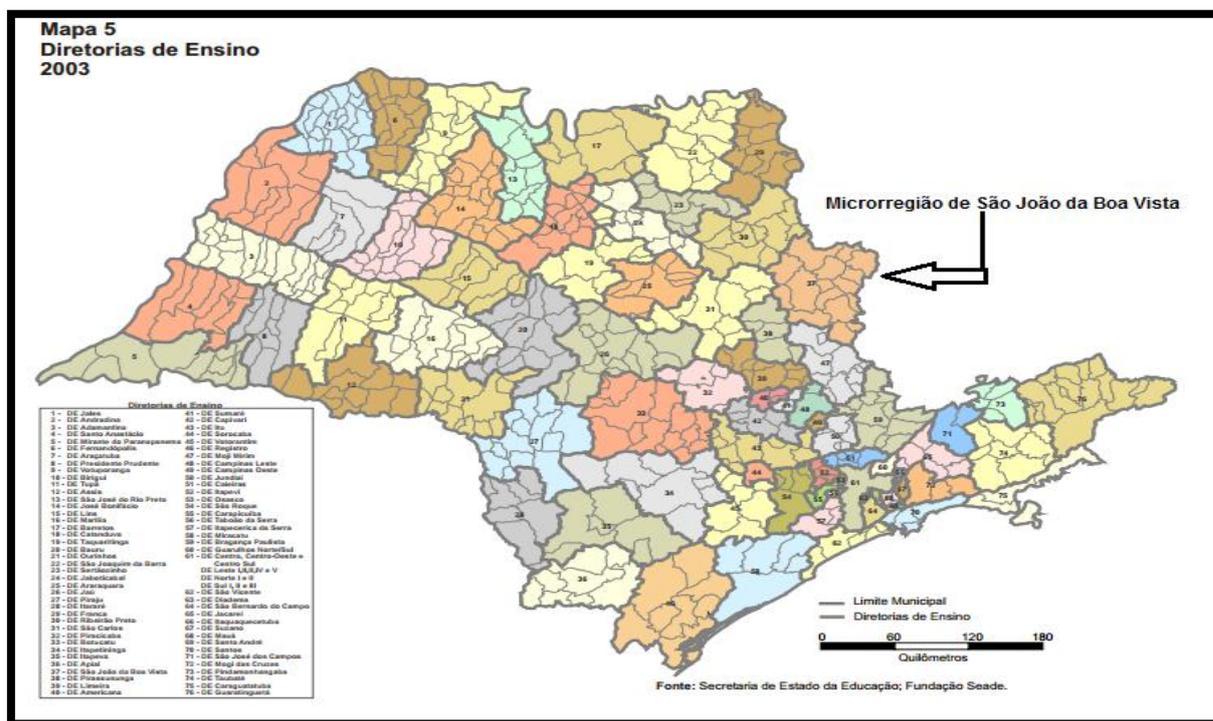


COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

O espaço delimitado pela pesquisa é a região de São João da Boa Vista que faz parte da mesorregião de Campinas, é formada por catorze municípios sendo eles: Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul, localizados a nordeste do estado de São Paulo, conforme destacado no Mapa 1.

Possui uma população geral de 409.729 habitantes e a agropecuária é considerada uma das atividades econômicas mais importantes da região. Até os anos 90, foi considerada, uma das principais bacias leiteiras do país, bem como, importante pólo produtor de batata de inverno, cebola e hortaliças do estado de São Paulo. (Plano Rural de Desenvolvimento Sustentável, 2010)

Mapa 1: Mapa das Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria de Estado da Educação. Fundação Seade, 2005. Destaque da microrregião feito pela autora.

Tomando por base as informações do Censo Populacional fornecidos pelo Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (2010) a região possui uma população rural de 48.631 habitantes, desse número, 7.736 tem idade entre 5 e 14 anos, estando pois, na faixa



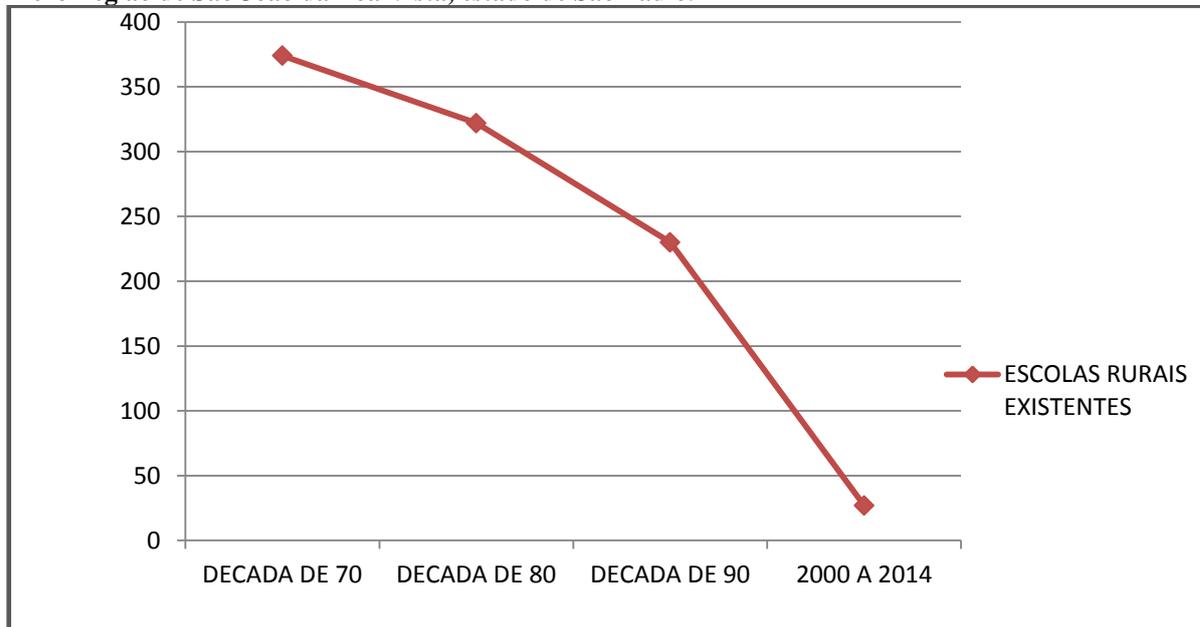
IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

etária de escolarização básica, desses jovens e crianças segundo o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais) aproximadamente 35 % são atendidos em escolas rurais que atendem em sua maioria até o 5º ano do Ensino Fundamental, os outros 75% dos alunos são atendidos em escolas urbanas.

Essa grande quantidade de alunos atendidos em escolas urbanas reflete uma das consequências do nucleamento das escolas rurais, pois diariamente milhares de jovens e crianças dependem do transporte escolar e por meio deles são “pulverizados” em escolas da zona urbanas.

A fim de elucidar o impacto da nucleação das escolas rurais na região, a seguir foi elaborado um gráfico que apresenta dados preliminares fornecidos pela Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista que traz um panorama da quantidade de escolas extintas a partir da década de 1970 até os dias atuais, excetuando-se os municípios de Itobi e Tapiratiba.

Gráfico: Dados preliminares sobre o número de escolas rurais extintas na área de abrangência da microrregião de São João da Boa Vista, estado de São Paulo.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, baseado em dados fornecidos pela Diretoria Regional de Ensino – São João da Boa Vista-SP. 2014.

Nota: Os municípios Tapiratiba e Itobi não estão inclusos, pois não há informações sobre as escolas rurais extintas.

A partir das informações apresentadas, pode-se detectar que de um pouco mais de 350 escolas rurais existentes na década de 70, atualmente segundo o INEP (2014) há na região de São João da Boa Vista, 27 escolas rurais nucleadas, o que representa uma



eliminação de no mínimo 300 unidades escolares em três décadas . Municípios como Casa Branca, Itobi e Vargem Grande do Sul que possuem uma população rural de aproximadamente mil jovens e crianças na faixa etária de 05 a 14 anos, não há registro de escolas rurais.

Isso se explica porque de cada escola agrupada formada no estado de São Paulo na década de 90, foi constituída pela eliminação de 4,5 unidocentes (Vasconcellos 1993, p.66).

De qualquer maneira é preocupante verificar o número de escolas fechadas e quantos jovens e crianças deixaram de ser atendidos próximos de suas comunidades o que leva a refletir sobre quais interesses motivaram a série de fechamento de escolas rurais.

Basso e Bezerra (2014, p. 316) fazem um apontamento em relação a esse processo:

(...) vemos que o processo de nucleação empreendido no Estado de São Paulo a partir de 1989, foi resultado de interesses econômicos disfarçados pela busca de melhores condições de ensino e aprendizagem para as crianças do campo, e isto gerou reflexos nada positivos, pois, além de não atingir seu fim último que era a extinção da multisseriação, distanciou as escolas dos alunos e das comunidades (...)

Lord (2008) ao discutir sobre essa nova organização das escolas rurais enfatiza que, ao mesmo tempo em que possibilitou modificações que possuíam a finalidade de aumentar a qualidade do ensino oferecido, fez com que a escola se distanciasse das famílias dos alunos, principalmente daquelas famílias residentes em regiões mais distantes e com menos condições de acesso e serviços públicos (LORD, 2008, p. 132-133.)

Dados demonstrados por um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que teve como base as análises do Censo Escolar de 2010, cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes se deslocam diariamente do campo até as cidades para estudar.

Segundo IBGE (1996), nos anos 60, o Brasil ainda era um país agrícola, com uma taxa de urbanização de apenas 44,7%. Em 1980, 67,6% do total da população já viviam em cidades. Entre 1991 e 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização (78,4%), atualmente na região de São João da



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Boa Vista, ainda de acordo com IBGE (2010), 11,86% das pessoas que moram nos catorze municípios residem em áreas rurais, por conseguinte, a taxa de urbanização é de 88,14%.

Todo esse processo, não restringindo apenas ao nucleamento das escolas, mas toda a dinâmica política, econômica certamente influenciou a saída de famílias do campo para as cidades, a fim de buscar melhores condições de trabalho, educação e moradia. Jovens que necessitam do transporte escolar, em razão das grandes distâncias, acabam se mudando para as áreas urbanas na busca da conclusão dos estudos outros, abandonam a escola.

Após mais de uma década, a proposta de nucleação das escolas rurais, deixamos algumas interrogações já colocadas na introdução desse artigo, aqui se destaca duas delas: A preocupação real era voltada para melhoria das condições de vida da população do campo? O que então aconteceu com as escolas rurais a partir desta reformulação?

Não é fácil respondê-las através de um levantamento preliminar, contudo, utilizando-se do resultado da pesquisa realizada pelo INEP por meio do SAEB (2003), pode-se esclarecer e instigar novas reflexões.

Segundo o estudo, 45,1% dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental de escolas da zona rural estão em estágio muito crítico de leitura e não foram bem alfabetizados. Esse índice é de 19,8% na zona urbana. Trazem ainda que 49% dos estudantes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental na zona rural estão em atraso. E mesmo com o processo de nucleamento, das escolas da área rural, 83% são multisseriadas ou mistas e 40% tem apenas uma sala de aula.

Já a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural é de 3,4 anos e corresponde a quase metade da estimada para a urbana, que é de 7 anos. No campo, dos estudantes de 10 a 14 anos, 23% estão na série adequada à sua idade, taxa que na área urbana é de 47%. As desigualdades educacionais ajudam a explicar a diferença de renda. Em relação à infraestrutura, as escolas rurais também estão em desvantagem. Enquanto na área urbana, 58,6% dos estabelecimentos de ensino tem biblioteca, essa é a realidade em apenas 5,2% das escolas do campo. O mesmo cenário é verificado quanto a laboratórios de informática (27,9% e 0,5%), microcomputadores (66% e 4,2%) e laboratórios de Ciências (18,3% e 0,5%).

Diante desses dados, o que pensar?



Pensando a escola numa perspectiva apresentada por ALTHUSSER (s.d, apud SAVIANI, 2008, p. 22):

Como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. Para isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos a fio de audiência obrigatória “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante.

Campo e cidade condicionados, pois, por um regime político-econômico capitalista, servem a ele, e a escola do campo entendida como um instrumento de manutenção acaba por não representar aquilo que a população necessita, ela, portanto, atende como diz Basso e Bezerra (2014), a interesses econômicos camuflados pela busca de melhores condições de ensino e aprendizagem das crianças.

CONCLUSÃO

Propõe-se a conclusão deste texto, porém o tema ainda exige aprofundamentos, porque o processo de nucleação trouxe diversas modificações na dinâmica da educação rural, dentre elas: o aumento e intensificação do transporte escolar, extinção de escolas, distanciamento das famílias, aumento da migração campo-cidade, dentre outros assuntos inerentes ao processo que merecem mais atenção.

Nesse sentido, é importante pensar o processo condicionado à uma lógica macro voltada para questões que atendem a priori mais interesses econômicos, do que educacionais. Assim pensado, a reorganização das escolas rurais esteve distante de servir a uma demanda dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, pelo contrário, criou-se uma alternativa camuflada atrás de objetivos voltados para a melhoria de ensino, como valida Vasconcellos (1993, p. 71) ao relatar em seu artigo que a economia de escala constitui um dos principais argumentos a favor dos agrupamentos e estaria baseada na redução do custo médio por aluno, à medida que as escolas isoladas são fechadas e seus alunos transferidos para escolas agrupadas.

Pode-se sugerir então, que o princípio da economicidade tenha sido a mola propulsora deste processo, já que investimento em educação efetiva, que garanta à classe



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

trabalhadora igualdade de condições, não é e nunca será interesse do capital, que visa essencialmente o lucro.

Mas pode-se perguntar: “*Nada foi feito para conter o fechamento das escolas rurais?*” Somente em 2014 com a finalidade de dificultar o fechamento indiscriminado de escolas rurais foi sancionada a lei nº 12.960, que alterou o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional normatizando que “... o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.”

Por fim, esse movimento no âmbito da educação rural que levou à extinção de centenas e escolas, ainda assim, não assegurou uma melhoria significativa na educação do homem do campo e se apoderando do que disse Demerval Saviani (2013) numa conferência proferida durante o II Seminário de Educação do Campo (UFSCAR) estando longe de ser aquela educação que torne acessíveis aos trabalhadores do campo, conhecimentos produzidos pela humanidade permitindo-lhes, assim, incorporar em sua atividade os avanços tecnológicos sem o que não será viável e tão almejado desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BASSO, J.D; BEZERRA NETO, L. **As implicações das políticas públicas nas escolas no campo no estado de São Paulo a partir do final da década de 1980.** Revista HISTEDBR on-line, Campinas, nº 55, p. 312-322, mar. 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em 10.01.2015.

COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI) **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável regional de São João da Boa Vista (2010).** Disponível em: www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos.../35_02_02_2011_PRDRS.doc.doc. Acessado em 20.04.2015.

CUNHA, L.A; Góes, M. **O golpe na educação.** 9ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010.**

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2014.**



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

LORD, L. **Financiamento do transporte escolar e a questão das zonas rurais no Brasil.** Revista da Faculdade de Educação. Universidade do Estado de Mato Grosso. Ano VI n09. P.129-140. Cáceres-MT. 2008

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto-lei 24.499, de 5 de janeiro de 1989.** <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29499-15.01.1989.html>. Acesso em 22.07.2014.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** 2ª Ed. Campinas: Autores associados, 2008.

_____. **A pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo.** Texto base da Conferência proferida no II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação especial no Campo: Conteúdo e Método. São Carlos, 2013.

_____. **Escola e democracia.** 42ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 4ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VASCONCELLOS, E. A. **Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural.** Caderno de Pesquisa; São Paulo, n86, p. 65-73, agosto de 1993.